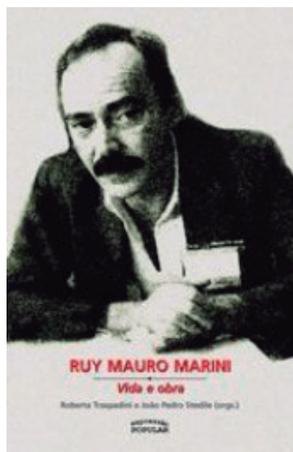


RESENHA

DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA: A COMPREENSÃO BASILAR DE RUY MAURO MARINI

Wendell Magalhães¹

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. In: STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131-172.



Ruy Mauro Marini nasceu em Barbacena, Minas Gerais, no ano de 1932, e faleceu no dia 5 de julho, de 1997. Durante sua vida foi teórico, professor, militante, líder político e revolucionário. Iniciou seus estudos superiores na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduou-se em 1957 na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), da Fundação Getúlio

¹ Mestre em Economia, com concentração em Desenvolvimento Econômico Regional, pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (PPGE-UFGA). Graduado em Ciências Econômicas pela mesma universidade. E-mail: wendell10magal@hotmail.com

Vargas (FGV), no Rio de Janeiro. Iniciou sua atividade docente como professor de Sociologia na escola de serviço público do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp). Completou sua formação superior no Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris (SciencesPo), no qual passou dois anos. De volta ao Brasil, se aproxima do grupo de militantes que viria a fundar a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP). De 1962-1964, participa da fundação e leciona na Universidade de Brasília (UnB), até quando ocorre o golpe civil-militar no Brasil, no que é obrigado a partir para o exílio no México e no Chile, logo após ter sido preso. No exílio, atuou em locais como a Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e no Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) da Universidade do Chile (UC). Por esse período, desenvolveu e publicou suas principais obras, além de ter se integrado ao *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR). Deixa como legado uma vasta obra, no que se destacam trabalhos como *Subdesenvolvimento e revolução* (1969), *Dialética da dependência* (1973), *O reformismo e a contrarrevolução: estudos sobre o Chile* (1976), *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo* (1977), dentre outros.

Ruy Mauro Marini, como um dos principais autores da versão marxista da Teoria da dependência, nos fornece uma das mais brilhantes maneiras de pensar a conformação da lei geral do capitalismo em espaço específico e contexto histórico determinado. Em particular, ressaltamos aqui o espaço do continente latino-americano, e o contexto histórico que engloba a integração desse continente ao mercado mundial como economia exportadora, em meados do século XIX; sua industrialização a partir da década de 1930; e sua inserção no capitalismo mundializado, que se expande com base nos monopólios e nas multinacionais, logo após a Segunda Guerra Mundial.

Em *Dialética da dependência*, o autor inicia com uma constatação metodológica. Segundo Marini, os pesquisadores marxistas, ao analisarem a dependência latino-americana, incorreram em dois erros. O primeiro

seria a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato. Estudos marxistas, julgados como ortodoxos², ao não conseguirem formalizar a dinâmica dos processos estudados da forma que pudessem expô-la por meio dos fatos, romperiam a relação entre o concreto e o abstrato, e descambariam em descrições empíricas à parte do discurso teórico, como era o caso da história econômica. O segundo equívoco seria mais comum entre os sociólogos da época, que, não vendo correspondência entre as categorias marxistas que lhe são comuns e a realidade, apelariam para outros enfoques metodológicos diferentes do marxismo, caindo no ecletismo e na negação do próprio marxismo.

Segundo Marini, esses dois erros se dariam em virtude de na América Latina, se conformar um capitalismo, em suas palavras, *sui generis*, que foge ao padrão apresentado por um “capitalismo puro”, posto apresentar relações que evidenciarão sua deformação ou mesmo insuficiência para assim ser caracterizado. A confusão, inclusive, entre o que é deformação e o que é insuficiência, neste sentido, explicaria o equívoco de alguns autores conceberem o que existira aqui como *pré-capitalismo*.

Marini, no entanto, vai contra essa visão e diz que o capitalismo latino-americano se desenvolve, primeiramente, como exportador de metais preciosos e gêneros exóticos devido à expansão comercial europeia promovida no século XVI. Ele contribui, assim, com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que promovem o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa; sustentam o sistema manufatureiro europeu; e propiciam a criação da grande indústria. A Revolução Industrial, que ocorre concomitante às independências políticas ocorridas na América Latina no início do século XIX, ao passo que desponta na Inglaterra, faz a América Latina entrar na divisão

² Ainda que Marini discordasse da atribuição desse título aos teóricos a que se referia, posto ter como ortodoxia no marxismo, tal como o filósofo húngaro Gyorgy Lukács tinha, exclusivamente aquilo que se restringe ao método de análise. Nesse sentido, o melhor termo para designar os teóricos aqui referidos, que sustentavam posições estanques diante da realidade, talvez seja “dogmático”, não ortodoxo.

internacional do trabalho (DIT) como produtora e exportadora de bens primários, consumidora de manufaturas e fazedora de dívidas.

Segundo Marini (2011, p. 134-135), é dessa sua posição na DIT, e das implicações que dela decorrem, que se configura a dependência: “[...] entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.

Marini, tomando como correta a visão de André Gunder Frank (1965) do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”³, neste sentido, não vê outra saída para a dependência que a supressão das relações de produção nela envolvida, posto que estas implicavam que os países centrais passassem a poder se especializar nas atividades industriais, enquanto os países dependentes forneciam a grande quantidade de produtos primários. A situação piora conforme se desenvolve a indústria nos países desenvolvidos, no que estes passam a requererem maiores quantidades de matérias-primas próprias para o uso industrial, para além do que já requeriam para alimentar sua população.

Porém, na visão de Marini, a América Latina não se limitou a fornecer matérias-primas para os países desenvolvidos. Mais que isso, ela proporcionou que as economias centrais desenvolvessem tecnologia suficiente para ampliarem sua produção com foco no aumento de sua capacidade produtiva, em vez da simples exploração do trabalhador, que lhe extraía mais-valia absoluta. Aqui temos a transformação do eixo da acumulação na economia industrial desenvolvida, que se desloca da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa. Nesse

³ Há uma ressalva, no entanto, ao trabalho de Gunder Frank, no sentido de ele ter a economia latino-americana como uma economia colonial, no mesmo sentido que a tem como dependente; quando, na verdade, o nascimento da grande indústria e o estabelecimento da posição dessa região na DIT a partir de 1840, como definido por Marini, é que origina o fenômeno novo da dependência. Isso, antes, não existia, dada a não completa articulação da economia latino-americana com a economia mundial.

primeiro momento, portanto, a produção de mais-valia absoluta ficou a cargo dos países dependentes que, por meio de suas típicas tarefas, estendem a jornada de trabalho ou remuneram o trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho. Nisso consiste uma diferença quantitativa e, mais tarde, também qualitativa da exploração do trabalhador, a que Marini chamará inicialmente, de *supereexploração do trabalho*, ainda que o termo correto, mais presentemente, seja o de *supereexploração da força de trabalho*⁴.

Essa categoria ganha maior sentido, no entanto, face ao fenômeno da *deterioração dos termos de intercâmbio* em desfavor das economias dependentes (fenômeno este tão caro ao pensamento cepalino). Marini, neste sentido, capta a essência por detrás da aparência desse fenômeno, destacando as *transferências de valor* das economias dependentes para as economias desenvolvidas, decorrentes dos diferentes graus de industrialização se suas relações. Tais transferências, para Marini, se davam pela permissão que o desenvolvimento das relações mercantis concede ao capital de, aparentemente, “burlar a lei do valor”⁵, com base na fixação dos *preços de mercado* e dos *preços de produção* das mercadorias em cada economia⁶. Naquilo que foi descoberto por Marini, existiriam diferentes mecanismos que possibilitavam tal realidade. Alguns destes operariam no interior de uma mesma esfera de produção, seja essa esfera de manufaturados ou

⁴ A diferenciação entre *supereexploração do trabalho* e *supereexploração da força de trabalho* é imperiosa de ser feita para que não se corra o risco de cair numa concepção ricardiana que confunde *trabalho* e *força de trabalho*, o que nos leva a uma visão moralista a respeito da exploração e da geração de mais-valia ou mais-valor, que não é a de Marx e nem cremos ser a de Marini. Contrariamente a isto, Marx deriva o mais-valor, em sua teoria, com base na troca de equivalentes, fornecendo uma visão científica da exploração no capitalismo, na qual não se perde de vista a dialética da mercadoria força de trabalho e sua qualidade particular de conseguir gerar um valor maior que o equivalente ao custo de sua produção e reprodução enquanto mercadoria. Não se explora, portanto, o trabalho, mas a força de trabalho. Aquele é, na verdade, o resultado do uso ou exploração desta última durante a jornada de trabalho.

⁵ Na verdade, de uma perspectiva global que capte a essência dessas relações, entendemos que este “burlar” ou “eludir”, como se encontra no texto original em espanhol, seria a verdadeira aplicação dessa lei.

⁶ As categorias de *preço de mercado* e *preço de produção* se encontram melhor desenvolvidas no Livro III d’*O Capital* de Marx.

de matérias-primas, e outros se dão em distintas esferas que se inter-relacionam.

O primeiro caso pode ser exemplificado pelo mecanismo das diferenças de produtividade entre as nações. Nesta situação, o mecanismo de transferência de valor se dá por meio da obtenção de um *lucro extraordinário* por parte das nações detentoras de maior produtividade. Estas assim o obtêm pelos seus preços de produção serem inferiores aos de seus concorrentes, sem impactar significativamente nos preços de mercado, que é pautado pelo preço médio de produção dos demais produtores. Havendo o hiato entre preços de produção das nações mais produtivas e preços de mercado, isto permite a elas a obtenção de um lucro extraordinário por meio de mecanismo semelhante a como os capitais individuais mais produtivos podem se apropriar de um mais-valor (ou mais-valia) extraordinário (a) em um mesmo setor de produção. Ou seja, pela concorrência. Esse mecanismo, porém, pressupõe que as nações produzam produtos semelhantes e disputem no mercado internacional, sejam estes produtos matérias-primas, sejam manufaturados.

Quanto aos mecanismos de transferência de valor que se dão entre distintas esferas de produção, se tem o mecanismo do monopólio agindo isoladamente como mecanismo de transferência de valor; e o mecanismo do monopólio aliado a maior produtividade de certas empresas, fazendo com que a transferência de valor ocorra duplamente. Em outras palavras, a transferência de valor se dá pela via do monopólio das manufaturas por parte das nações industriais e pela maior produtividade dessas mesmas nações, sendo que, quando esse último mecanismo é o que prepondera, a transferência de valor se dá de forma dupla.

A *superexploração da força de trabalho* surge, neste cenário, como um mecanismo de compensação utilizado pelas classes dirigentes da economia dependente para fazer frente às transferências de valor que as desfavorecem, e que aparece na superfície da realidade como troca desigual no mercado internacional. Aceitando a perda de mais-valor para o

exterior como fato inevitável, a burguesia dependente busca a solução do problema no âmbito da produção interna. Para isto, segundo Marini, ela recorre a três principais mecanismos: i) aumento da jornada de trabalho sem compensação salarial; ii) aumento da intensidade do trabalho sem compensação salarial; iii) e apropriação de parte do fundo de consumo do trabalhador pelo capital, com base nos pagamentos de salários abaixo do valor real da força de trabalho. Isto significa, em concreto, que a classe trabalhadora dos países dependentes deve ter um múltiplo do tempo de suas vidas dedicado ao trabalho, em comparação ao que é dedicado pela classe trabalhadora das economias centrais. Situação esta, por sua vez, reforçada pela menor produtividade vigente nas economias dependentes.

Esta situação estabelece determinações para aquilo que Marini trata como *ciclo do capital da economia dependente*. Neste, se verifica que a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização, pois tal produção nasce para atender as exigências da circulação e do mercado mundial capitalista, fundamentalmente. Portanto, no duplo caráter do trabalho da economia dependente – verificado no trabalhador como comprador de mercadorias, e na necessidade que este trabalhador tem de vender sua força de trabalho por uma remuneração menor que o seu valor real – está exposta a total fratura existente entre a esfera da produção e da circulação nessa economia.⁷

Em contraste, o processo de industrialização sofrido pelas economias industriais destaca-se por não haver total ruptura entre a produção e a circulação do capital. Isto porque, fundamentalmente, sua acumulação

⁷ Disso, derivam-se, ainda, fenômenos como a chamada, por Marini, *crise do mercado interno*. Neste, os capitalistas que atuam na economia dependente satisfazem seu consumo preponderantemente por meio da importação, dado que o montante de lucros acumulados, advindos da superexploração da força de trabalho, não se mostra compatível com a produção interna, restringida a satisfazer a demanda das classes baixas exploradas. Nesse sentido, a industrialização da economia dependente opera em função do mercado externo. Suas indústrias iniciais se expandem somente em decorrência das crises comerciais conjunturais, acompanhadas pelas limitações dos excedentes da balança comercial, que fazem a demanda das altas classes se voltarem para a indústria nacional, dada sua incapacidade de continuar importando como antes.

não se calca na superexploração, mas no incremento da produtividade ou da chamada capacidade produtiva do trabalhador. Outro fator que aí pesa, é a forma como se amplia o mercado mundial contrabalançado pela superexploração da força de trabalho. Esta reduz as rendas dos países que a sofrem e, conseqüentemente, a demanda deles no mercado internacional. Isto obriga as economias centrais a criar mecanismos internos para gerar demanda para os seus produtos. Neste sentido, tendo como base o aumento da produtividade, ocorre a transformação dos bens de luxo em bens de consumo popular; além de se elevarem os salários reais, a partir da segunda metade do século XIX, para o que contribuiu a divisão do excedente das nações dependentes que, dentre outras coisas, reduziu o preço dos alimentos.

Na última parte do texto, Marini trata da entrada das novas tecnologias e do seu impacto sobre a ampliação do mercado dependente, no contexto do capitalismo monopólico e mundializado sob a liderança dos EUA, no pós-Segunda Guerra. Essa nova fase da dependência, Marini a representa como o “novo anel da espiral”. Ressalta, ainda, que o efeito do desenvolvimento tecnológico na sociedade capitalista é a economia de força de trabalho, que passa a ser usada em menos tempo e com menor dispêndio de esforço na produção de bens. Na concretude da realidade social, isso se expressa com a diminuição da massa operária que se emprega em atividades produtivas, contrastando com o crescimento da população dedicada a atividades não produtivas, como os serviços. Efeitos como esse, contudo, aparecem modificados pelas condições de produção próprias do capitalismo dependente.

Nesse capitalismo, segundo Marini, o capitalista intensifica o ritmo de trabalho do operário, eleva sua produtividade e, simultaneamente, sustenta a tendência para remunerá-lo em proporção inferior ao valor de sua força de trabalho. Faz isto restringindo o progresso técnico a setores industriais voltados à produção de bens que não são de consumo popular nos países dependentes, mesmo que o sejam há tempo nos países

industriais desenvolvidos. Desta feita, se a produtividade aumenta nos setores que não se voltam à produção de bens-salário, não há impacto desta produtividade na taxa de mais-valia (m/v), mas somente na massa de valor realizado, posto que diminui o tempo de produção socialmente necessário de alguns produtos, mas não daqueles responsáveis por alterar o valor da força de trabalho.

No entanto, por não ocorrer aumento na produtividade dos bens-salários, concentrando-se nos bens supérfluos, rebaixa-se os salários até o patamar que configura uma superexploração da força de trabalho, recriando-se o problema da realização das mercadorias produzidas pela indústria dependente. Neste sentido é que intervém o Estado por meio do aumento do aparato burocrático, do subsídio aos produtores e do financiamento ao consumo perdulário; além de intervir na inflação, transferindo-se poder de compra da esfera baixa para a esfera alta da circulação (aqueles que vivem de mais-valia).

Esse divórcio entre os aparatos produtivos nada mais é, para Marini, que o sinal da adequação da estrutura produtiva à estrutura de circulação própria do capitalismo dependente imposta pelo mercado mundial. Porém, nessa nova fase, as massas crescentes de valor produzidas por essa economia não podem ser resolvidas pela simples ampliação das altas esferas de consumo, como era feito tradicionalmente. Convivendo, portanto, com um imenso exército industrial de reserva e com a destinação máxima dos bens supérfluos às camadas médias e altas da economia, essa economia dependente vê-se na necessidade de desdobrar seu ciclo do capital para o exterior, exportando agora tanto bens essenciais quanto bens supérfluos. Este fenômeno, que constitui a “tábua de salvação” de certa economia dependente relativamente mais industrializada que outras, Marini chama de *subimperialismo*, do qual a atuação do Brasil na América Latina seria o melhor exemplo. Contudo, o aprofundamento dessa categoria, para além, inclusive, de sua dimensão econômica, só vem a se dar em trabalhos posteriores de Marini.

O importante a se ressaltar, aqui, é que Marini, com *Dialética da dependência*, lança as bases para a compreensão do desenvolvimento das leis do capitalismo⁸ no continente latino-americano e, por extensão, em todos os demais espaços e territórios da periferia do capitalismo que podem vir a ser caracterizados como *dependentes*. Ainda que, naturalmente, sujeito a críticas e necessário de ser atualizado conforme o desenvolvimento do capitalismo mundial ao longo do tempo, no geral e fundamental, seu trabalho continua sendo leitura obrigatória para todos aqueles interessados não só na compreensão do capitalismo e de seus problemas na periferia do mundo, porém, mais ainda, para aqueles que sonham e lutam com a superação da dependência e das leis desagregadoras do capitalismo em nossos territórios.

Texto submetido em 04.04.2021.

Aceito para publicação em 05.07.2021.

⁸ Descobertas por Marx em nível mais geral de análise, tendo como melhor exemplo a Europa Ocidental, em especial, a Inglaterra, na qual Marx identificava, em sua época, as leis de desenvolvimento do capitalismo se dando na sua forma mais “pura”.